

Em resolução, PT deixa claro que há dois projetos distintos de Nação em disputa

PT

17/03/2026

Comissão Executiva Nacional destaca que projeto de Lula enfrenta privilégios históricos; o outro lado quer preservar os interesses das elites



RESOLUÇÃO POLÍTICA DA COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL DO PT

16 de março de 2026

1. O Brasil se aproxima de um momento decisivo de sua história. As pesquisas de opinião indicam um cenário de polarização política no país, resultado direto da disputa entre dois projetos profundamente distintos de nação. Não se trata apenas de uma disputa eleitoral, mas de uma escolha histórica entre caminhos opostos para o desenvolvimento do Brasil, para a democracia e para o futuro do povo brasileiro. É, sobretudo, uma disputa entre um projeto que enfrenta privilégios históricos e outro que busca preservá-los.
2. Não temos dúvidas de que, quando esses projetos forem mais profundamente comparados com o debate público que uma campanha eleitoral permite, a maioria do povo brasileiro saberá qual lado representa seus interesses.
3. De um lado está o Brasil que respeita a ciência, que investe nas universidades públicas, fortalece o SUS, valoriza a cultura e entende que conhecimento, saúde e educação são pilares de um projeto de desenvolvimento soberano. É também o Brasil que reconhece as desigualdades produzidas pelo racismo estrutural e defende políticas afirmativas, como as cotas raciais, fundamentais para ampliar oportunidades, democratizar o acesso à educação e formar novas lideranças negras. Do outro lado está o Brasil do negacionismo, do racismo, que sabotou a compra de vacinas durante a pandemia, espalhou mentiras contra a ciência, extinguiu o Ministério da Cultura e atacou as universidades públicas, tratando o conhecimento como inimigo e criminalizando a arte e o pensamento crítico.

4. De um lado está o projeto que entende que a economia deve servir ao desenvolvimento do país, à geração de empregos, à distribuição de renda e à redução das desigualdades. Um projeto que valoriza os trabalhadores, as empresas brasileiras, promove investimento e desenvolvimento, fortalece o mercado interno e busca a justiça tributária, diminuindo impostos para quem vive de salário e cobrando mais dos super ricos. Do outro lado está o projeto neoliberal que governou para o mercado financeiro e trata a economia como instrumento para proteger privilégios e os interesses de banqueiros e rentistas.

5. O escândalo do Banco Master é o retrato desse modelo. O banco foi fundado e operou livremente durante o governo Bolsonaro, período em que acumulou fortes indícios de gestão fraudulenta, corrupção e irregularidades. Diante de tantas evidências, cabe perguntar: por que o Banco Central, então sob a gestão de Roberto Campos Neto, indicado por Bolsonaro, não tomou as medidas necessárias para intervir e proteger o sistema financeiro e os recursos públicos? Criado e expandido nesse ambiente político, o banco manteve relações estreitas com setores da direita brasileira e com governos alinhados ao bolsonarismo. Não por acaso, Daniel Vorcaro e o Banco Master doaram milhões para campanhas de Jair Bolsonaro e Tarcísio de Freitas, enquanto lideranças da extrema direita, como o deputado Nikolas Ferreira, utilizaram diversas vezes o jatinho de Vorcaro. Soma-se a isso o fato de que o servidor do Banco Central Paulo Sérgio Neves de Souza, ex-diretor de Fiscalização da autarquia e também nomeado durante o governo Bolsonaro, atuava na prática como um empregado-consultor do próprio dono do banco. Governadores bolsonaristas chegaram a adquirir títulos podres com dinheiro público e foi o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, bolsonarista, que tentou uma manobra para salvar o Banco Master com recursos públicos. Esses elementos revelam que não se trata de um episódio isolado, mas de um sistema de relações promíscuas entre operadores políticos, interesses financeiros e setores do Estado que protege privilégios de poucos em detrimento do interesse nacional.

6. Ao contrário, no governo do presidente Lula, as instituições de controle e investigação têm plena autonomia para atuar no combate à corrupção. Não por acaso, foi durante o Governo Lula que o Banco Master passou a ser investigado e sofreu intervenção, demonstrando que o compromisso do atual governo é com a transparência, a legalidade e a defesa do interesse público.

7. O contraste também é evidente quando observamos os resultados econômicos recentes. O governo do Presidente Lula recolocou o Brasil no rumo do crescimento com distribuição de renda, justiça social e responsabilidade fiscal. O país voltou a crescer acima de 3%, o desemprego atingiu a menor taxa da série histórica, a renda do trabalhador voltou a subir, temos a menor inflação de um mandato presidencial desde a redemocratização, a desigualdade voltou a cair e o salário mínimo voltou a ter aumento real. O Brasil saiu novamente do Mapa da Fome e retomou políticas públicas que haviam sido desmontadas. Mostrando o acerto da política econômica coordenada pelo Ministro Fernando Haddad.

8. No governo Bolsonaro, ao contrário, o país assistiu ao retorno da fome, à precarização do trabalho e a cenas dramáticas como as filas para compra de osso. O preço dos combustíveis disparou, chegando a nove reais o litro da gasolina em diversas regiões do país, enquanto o governo se mostrava incapaz de proteger o povo brasileiro dos efeitos da crise internacional.

9. O governo do presidente Lula tem adotado medidas concretas e emergenciais para proteger a economia e o bolso do povo brasileiro diante das oscilações do mercado internacional de petróleo no contexto de guerras. Entre elas, estão a zeragem das alíquotas de PIS e Cofins sobre o diesel, a criação de um subsídio temporário para produtores e importadores e a adoção de um imposto de exportação sobre o petróleo para compensar perdas de arrecadação e evitar impactos fiscais, agindo de forma totalmente diferente do que fez Jair Bolsonaro. O objetivo é impedir que a alta internacional do petróleo se traduza automaticamente em aumento do preço da gasolina e do diesel no Brasil. São medidas que demonstram que é possível governar pensando no bolso do trabalhador, defendendo o poder de compra da população e garantindo que os custos das crises internacionais não recaiam sobre quem vive do próprio trabalho. A atual forma de gestão da Petrobras, comprometida com o interesse público e com a soberania energética nacional, permite que o Brasil utilize seus recursos estratégicos para proteger a população e garantir desenvolvimento e estabilidade econômica.

10. Ao mesmo tempo, defendemos o enfrentamento do endividamento das famílias brasileiras, profundamente ligado às altas taxas de juros e à crescente financeirização da vida cotidiana. Milhões de trabalhadores e trabalhadoras têm sua renda comprometida pelo rotativo do cartão de crédito, por empréstimos e por serviços financeiros. Para mudar essa realidade, é fundamental estabelecer limites ao poder do rentismo, fortalecer a renda do trabalho e dinamizar o mercado interno, além de assegurar a redução da taxa Selic pelo Banco Central, criando condições para um desenvolvimento mais justo e sustentável.

11. De um lado está o projeto que defende a democracia real, aquela que se expressa na vida concreta do povo. A democracia que reduz o preço dos alimentos, que tirou o Brasil novamente do Mapa da Fome, que amplia o acesso à saúde por meio do Mais Especialistas, que cria oportunidades para a juventude com o Pé-de-Meia e que promove justiça tributária com a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Do outro lado estão aqueles que atacaram a democracia, que elogiam a ditadura militar, que não aceitaram o resultado das urnas e que conspiraram contra o Estado Democrático de Direito e promoveram atos de vandalismo, tentando um novo golpe em 8 de janeiro, após serem derrotados pelo voto popular.

12. De um lado está o Brasil que entende que proteger o meio ambiente é proteger a vida, a soberania nacional e o futuro das próximas gerações. O governo do presidente Lula recolocou o país na liderança da agenda ambiental global, reduziu significativamente o desmatamento, fortaleceu os órgãos de fiscalização e reafirmou o papel dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, ribeirinhas e dos povos da floresta como guardiões fundamentais de nossos biomas. A realização da COP 30 no Brasil simboliza esse novo momento, em que o país volta a defender um modelo de desenvolvimento sustentável com justiça social. Do outro lado está o projeto representado pelo bolsonarismo, que incentivou o desmatamento, atacou a fiscalização ambiental, estimulou o garimpo ilegal em terras indígenas e defende a exploração predatória da Amazônia e de outros biomas, subordinando nosso patrimônio natural aos interesses imediatos de poucos e colocando em risco o equilíbrio ambiental do planeta.

13. No cenário internacional, o Brasil voltou a exercer uma política externa ativa, soberana e comprometida com os interesses do povo brasileiro. Sob a liderança do presidente Lula, o país recuperou voz ativa no mundo, defendendo o multilateralismo, o diálogo entre as nações e a construção de uma ordem internacional mais equilibrada e multipolar. O Brasil voltou a ser respeitado como um ator relevante na promoção da paz, na cooperação entre os povos e na integração da América Latina, assumindo posição firme contra as guerras, contra qualquer forma de intervenção imperialista e em defesa da autodeterminação dos povos. Reafirmamos que a política externa brasileira deve servir à soberania nacional, ao desenvolvimento do país e à construção de um mundo mais justo, baseado no respeito entre as nações e na solução pacífica dos conflitos.

14. Em contraste, setores da extrema direita brasileira chegaram ao ponto de defender medidas externas que prejudicariam a economia nacional, celebrando pressões internacionais e sanções contra o próprio país, numa postura de submissão a interesses estrangeiros após não aceitarem o resultado das eleições.

15. É fundamental ainda fortalecer a capacidade do Estado brasileiro para sustentar nossa soberania. Isso implica valorizar a Defesa Nacional e desenvolver a inteligência estratégica, especialmente em um cenário de intensas disputas geopolíticas. Diante da cobiça internacional sobre nossas riquezas, como o petróleo e a biodiversidade, o Brasil precisa ampliar sua capacidade de antecipação, proteção e tomada de decisão autônoma. Proteger esses ativos é afirmar a soberania nacional como base inegociável de um projeto de desenvolvimento independente e comprometido com o povo brasileiro.

16. Reafirmamos que o Brasil deve seguir defendendo sua soberania e a autodeterminação dos povos. Nesse sentido, reiteramos nossa solidariedade histórica ao povo cubano e defendemos o fim do bloqueio econômico imposto a Cuba, que há décadas penaliza injustamente seu povo e viola princípios básicos do direito internacional.

17. O contraste entre os projetos também se expressa na agenda de direitos das mulheres. De um lado está o governo do presidente Lula, que colocou o enfrentamento ao feminicídio e à violência contra as mulheres no

centro da agenda de governo, recriou o Ministério das Mulheres, fortaleceu políticas de autonomia econômica como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida, avançou na igualdade salarial e ampliou políticas públicas de proteção, prevenção e combate à violência de gênero. Trata-se de reconhecer que a democracia e a justiça social no Brasil passam necessariamente pela garantia da vida, da autonomia e dos direitos das mulheres.

18. Do outro lado está o campo político que extinguiu o Ministério das Mulheres, relativizou a violência contra as mulheres e naturalizou discursos machistas e misóginos no mais alto nível do poder. Não podemos esquecer que o próprio Jair Bolsonaro chegou a afirmar que ter uma filha mulher foi uma “fraquejada”, expressão que sintetiza a visão profundamente desrespeitosa e patriarcal que esse campo político reproduz. Foram eles que alimentaram discursos misóginos que se espalham nas redes sociais e sustentaram movimentos que transformam o ódio às mulheres em instrumento de mobilização. Não por acaso, esse clima de permissividade e naturalização da violência contribuiu para o agravamento da violência de gênero e para o aumento dos casos de feminicídio no país, demonstrando que o combate ao ódio e à misoginia também é uma tarefa fundamental para proteger a vida das mulheres brasileiras.

19. Defendemos ainda uma política estrutural de cuidados e afirmamos que o enfrentamento ao feminicídio e à violência contra as mulheres passa necessariamente por essa agenda. É fundamental que o Brasil construa um Sistema Nacional de Cuidados, integrando creches, educação infantil, atenção a idosos, pessoas com deficiência, saúde mental e serviços domiciliares. Reconhecer o cuidado como trabalho socialmente essencial e valorizar profissionalmente quem o realiza é parte central de um projeto de país que protege a vida das mulheres e enfrenta as desigualdades de forma estrutural.

20. O Brasil que defendemos é aquele que coloca a vida do povo no centro das decisões. Um país que avança na redução da jornada de trabalho e no fim da escala 6x1, garantindo mais dignidade, tempo de vida e justiça para milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Que assume a tarifa zero no transporte público como política estruturante, ampliando o direito à cidade, assegurando mobilidade e aliviando o orçamento das famílias. E que enfrenta os juros altos, promovendo sua redução para abrir um novo ciclo de desenvolvimento com inclusão social e sustentabilidade. Ressaltamos ainda que a luta pela redução da jornada de trabalho também dialoga com as transformações do mundo do trabalho, marcadas pela digitalização, pela plataformização da economia e pelo aumento da produtividade. Garantir mais tempo livre e melhores condições de vida para trabalhadores e trabalhadoras é parte essencial de um novo projeto civilizatório. Avançar nessas agendas é, acima de tudo, escolher um Brasil mais justo, mais humano e comprometido com o povo trabalhador.

21. A candidatura de Flávio Bolsonaro representa a continuidade do mesmo projeto autoritário e antipopular que o Brasil derrotou nas urnas. Trata-se de um parlamentar marcado por denúncias e investigações envolvendo esquemas de rachadinha, movimentações financeiras suspeitas e um histórico de enriquecimento incompatível com a vida pública. Ao longo de sua trajetória parlamentar, Flávio Bolsonaro jamais apresentou um projeto relevante para o desenvolvimento do país ou para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro. Sua candidatura simboliza apenas a tentativa da extrema direita de manter vivo um projeto político baseado no ataque à democracia, na defesa de privilégios e na negação de direitos sociais.

22. A experiência recente demonstra que apenas um projeto político profundamente identificado com o povo trabalhador é capaz de compreender a centralidade dessas lutas. O presidente Lula, primeiro presidente operário da história do Brasil, representa essa conexão histórica entre o governo e a vida real da classe trabalhadora brasileira.

23. Quando o povo brasileiro puder comparar de forma concreta esses dois projetos, o projeto democrático, popular e soberano liderado pelo presidente Lula e o projeto autoritário, neoliberal e subordinado da extrema direita, não temos dúvidas de qual caminho será escolhido.

24. Para o Brasil escolher a democracia, a justiça social, a soberania nacional e o futuro, é preciso também garantir que esse projeto tenha força institucional para avançar. Isso passa necessariamente pela reeleição do presidente Lula, pela eleição de governadores e governadoras comprometidos com esse caminho e, de forma

decisiva, pela construção de uma maioria democrática e popular na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Eleger bancadas comprometidas com o povo brasileiro é condição fundamental para assegurar governabilidade, enfrentar o poder do rentismo e da extrema direita no Parlamento e aprofundar as transformações que o país necessita, ampliando direitos, fortalecendo políticas públicas e consolidando um projeto nacional de desenvolvimento com justiça social.

25. Sabemos que essa vitória não virá sem luta. Exigirá muito trabalho, mobilização social, organização da militância e diálogo permanente com o povo brasileiro. É com unidade, coragem e confiança no povo que construiremos mais uma vitória histórica em 2026. Lula presidente!